

4. Efeitos sociais da volatilidade partidária

Leôncio Martins Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, LM. *Mudanças na classe política brasileira* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Efeitos sociais da volatilidade partidária. pp. 98-117. ISBN: 978-85-7982-011-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Mudanças na classe política brasileira

4. Efeitos sociais da volatilidade partidária

Perfis partidários e diferenciação social

Consideramos que a classificação sociológica dos deputados efetuada com base na última ou últimas atividades ocupacionais é um indicador razoável do *status* ou dos meios sociais de origem dos parlamentares *antes* da ascensão econômica advinda da entrada na vida pública; além disso, permitiria também medir a importância que determinados meios sócio-ocupacionais de recrutamento político têm para cada partido. Como esperávamos à luz dos resultados de pesquisa anterior sobre a 51ª Legislatura, o levantamento da composição ocupacional e profissional das bancadas dos partidos em ambas as legislaturas revelou a existência de perfis partidários diferenciados, que tendiam a relacionar-se com suas localizações no eixo direita-centro-esquerda.

As diferenças nas fontes de recrutamento indicam, ademais, que os meios de origem influenciam, numa extensão difícil de medir, as opções individuais quanto aos partidos escolhidos como porta de entrada na vida pública e, posteriormente, para a continuidade na política. As pessoas de famílias ricas (ou que enriqueceram por esforço próprio antes de entrar para a política) muito dificilmente procuram, para sua iniciação na política, partidos considerados de esquerda. A adesão a um desses partidos iria prejudicá-las nas relações com seus círculos sociais e dificultar sua ascensão na vida pública. Inversamente, os que vêm das classes assalariadas ou das classes populares não procuram partidos considerados de direita, em que, no caso brasileiro, predominam políticos e candidatos das classes ricas.

Na verdade, é possível que a escolha, de fato, seja mais de natureza social do que ideológica ou programática. A autonomia de escolha partidária dos candidatos a político tem muitos limites. Obstáculos variados existem para bloquear a inclusão de arrivistas nas listas eleitorais de grandes partidos, especialmente dos que não são do meio social específico, quer dizer, não fazem parte do meio profissional, do círculo de amizade, parentela, recreação ou atividade num sindicato, numa igreja, diretório estudantil, numa associação patronal, numa ONG ou em qualquer outra atividade que legitime a pretensão de aderir (e se possível candidatar-se)

por uma dada sigla partidária. Funcionam, aqui, além das barreiras ideológicas, mais explícitas, outros obstáculos menos visíveis de caráter econômico, de educação, de idade, de natureza étnica, de *status* etc.

Mas, de modo geral, como acontece em outras atividades, as barreiras não precisam ser explícitas. Os candidatos buscam os ambientes socioculturais com os quais, no processo de convivência política e social que vão experimentar, têm algum tipo de identificação que faz com que se “sintam mais à vontade”. Há, pois, um encaminhamento “natural” que leva, por exemplo, o trabalhador industrial, o bancário ou o professor da rede pública com alguma ambição política a procurar um partido em que as pessoas de meios relativamente equivalentes sejam majoritárias e imponham os valores e modos de comportamento grupal. No caso, partidos de esquerda, de ideologia de valorização formal dos trabalhadores e dos pobres e de programas assistenciais, são os preferidos como porta de entrada para a classe política por diretores de sindicatos, jovens intelectuais em busca de ascensão e outros setores que compõem as camadas superiores das classes médias instruídas ou das classes populares, tipicamente “os pobres intelectualizados ou modernizados”.¹ Na atual conjuntura brasileira, PT e PCdoB são as legendas que, para as classes baixas, servem de porta de entrada para a política e subsequente ascensão na escala social.

Os exemplos anteriores situaram opções polares na relação de escolhas partidárias e de situações de classe que poderiam ser reduzidas à fórmula simplista da busca de identificação social e de realização de interesses econômicos ou de outra natureza. Mas as opções do início da carreira política — no Brasil e provavelmente também nos países de organização partidária débil e instável — não são influenciadas apenas pela escolha “livre” de partidos com os quais os potenciais políticos se identificam social e politicamente, mas também pelas siglas que estão disponíveis e parecem propiciar maiores chances de realização do projeto

¹ Usamos esse termo para caracterizar os elementos de classe baixa com escolaridade de nível intermediário, mas que não têm possibilidade, ou interesse, de converter seu capital intelectual e cultural em capital econômico, permanecendo relativamente marginais no mercado de trabalho e/ou afastados das atividades produtivas. A militância política remunerada acaba se convertendo no ganha-pão tanto para os menos qualificados (cabos eleitorais, funcionários de comitês, da administração partidária etc.) como para os mais qualificados, que conseguem ascender no sistema político — ascensão cujo melhor caminho é a obtenção de um mandato público.

político. As facções que dominam as máquinas partidárias controlam igualmente a seleção de candidatos aos postos eletivos, ou seja, dos que poderão ter seus nomes aprovados nas convenções e integrar as listas para as disputas eleitorais.² As origens sociais, que normalmente se relacionam com as atividades pré-políticas dos candidatos potenciais, constituem uma primeira forma de filtro seletivo, ao qual, obviamente, se seguem outros, já mencionados: relações sociais, padrinhos políticos, militância em “associações amigas”, tais como entidades de classe, ONGs, instituições religiosas etc.

Além das variáveis mencionadas, que conectam a escolha da legenda partidária na disputa da primeira eleição com os perfis dos candidatos, outros elementos são levados em conta pelos potenciais políticos no momento da escolha da legenda adequada. No nosso sistema eleitoral, o quociente partidário esperado da legenda, a *performance* estimada dos outros candidatos do mesmo partido, quer dizer, o cálculo de quantas vagas poderão ser conquistadas pela sigla, a estimativa de quantos “companheiros” ficarão à frente e de como é possível se beneficiar da eventual existência de um candidato “puxador de votos” são outros fatores a pesar nas opções partidárias: no momento de entrada como iniciante na arena política e depois como veterano, no caso de migrações partidárias e outras opções de troca de partido.

Sem esquecer a soma desses e de outros fatores que influenciam a escolha da legenda que servirá de porta de entrada,³ os dados de nossa

² A seleção de candidato para postos eletivos é um procedimento importante que estabelece, finalmente, em quem os eleitores poderão votar. Os procedimentos variam nos vários países e estão relativamente bem estudados pelos cientistas políticos que percebem a importância das formas de seleção partidárias preliminares que dizem quem pode entrar para a política.

³ Falamos em “escolha de uma legenda” porque é realmente o que sucede com muita frequência por ocasião da composição das listas eleitorais. Não há necessidade de longo período de militância partidária para que um político ou candidato a político integre a relação de candidatos da legenda. Na realidade, é o candidato que se apresenta individualmente ao eleitorado, depois de uma disputa na convenção do partido para integrar uma ampla lista de candidatos que ultrapassa em muito o número de cadeiras em disputa. Os parlamentares podem mudar de sigla quantas vezes desejarem. Em termos das formas do recrutamento partidário, o sistema brasileiro deve ser incluído na classe dos sistemas que operam do lado da ampla oferta de candidatos (*supply side*) e não da demanda (*demands of gatekeepers*), quaisquer que sejam os guardiões da porta de entrada, quer dizer, os que selecionam os candidatos que vão disputar uma vaga (votantes, membros do partido, dirigentes partidários

pesquisa mostram que os principais partidos, representados por suas bancadas no Legislativo federal, possuem perfis sociais diferenciados numa extensão que não seria de prever à luz das elevadas taxas de migração partidária, das alianças ideologicamente inconsistentes, dos acordos fisiológicos, da distribuição de favores clientelísticos, da negociação de cargos e de outras condutas que seriam a denegação de uma orientação político-programática um pouco mais consistente. Os levantamentos sobre a composição social dos partidos na CD, medida por suas bancadas, mostram que eles não são a mesma coisa do ponto de vista das fontes de recrutamento.

Nossa tese, aqui, é que essas diferenças nas fontes sócio-ocupacionais de recrutamento, nas origens sociais e subsequentes experiências de vida marcam o *nec plus ultra* das transações e alianças, traçam limites que políticos e partidos têm dificuldades para ultrapassar, separam os campos de interesses e impedem que as alianças partidárias na CD sejam inteiramente aleatórias, quer dizer, guiadas apenas, ou fundamentalmente, pela ambição de poder dos políticos, como uma “luta entre homens para ganhar e manter poder”, o que significa dizer, de modo mais concreto, orientados fundamentalmente pelo desejo de reeleição, como entende Mayhew.⁴

Os dados sobre a composição social das bancadas indicam que, de alguma maneira, certos interesses externos da sociedade encontram expressão diferenciada nos partidos por vinculação direta com os parlamentares. Os próprios políticos pertencem a certos segmentos sociais com os quais compartilham espontaneamente interesses e visão do mundo que influenciam suas orientações, as quais não são exatamente as de seus eleitores.

Perfis sociais partidários: continuidade e mudança

As observações anteriores sobre os perfis sociais diferenciados dos principais partidos se reforçam quando cotejamos a composição das bancadas entre uma eleição e outra. A comparação permite detectar as alterações na composição da CD que derivam da flutuação partidária, quer dizer, dos avanços e recuos na disputa por cadeiras de partidos que têm

etc.). Ver Pipa Norris (ed.), *Passages do Power. Legislative Recruitment in Advanced Democracies* (Cambridge: Cambridge University Press, 1997).

⁴ David Fl. Mayhew, *Congress. The Electoral Connection* (New Haven: Yale University Press, 2004 [1^a ed. 1974]).

perfis sociais diferentes. O fenômeno da “popularização” e da redução do espaço das classes altas decorre da perda de cadeiras dos partidos de centro e de direita e avanço dos partidos de esquerda, PT basicamente. Mas se isso aconteceu é porque os partidos não são iguais do ponto de vista de suas fontes de recrutamento. Os partidos de direita tendem a recrutar mais nas classes de renda elevada, e os partidos de esquerda, nas classes de baixa renda, nas classes médias e populares, ou, mais exatamente, em setores dessas classes.

Nas principais legendas, o crescimento ou a diminuição do número de representantes na CD não afetaram significativamente as características sócio-ocupacionais dos principais partidos. Ascenso ou declínio desses partidos, isto é, o número de cadeiras que obtêm, resultam em alterações no conjunto da CD, o que não aconteceria se os partidos tivessem os mesmos perfis sócio-ocupacionais. No caso, como os partidos de direita e de centro recuaram, a Câmara se tornou mais “popular” ou se “democratizou” socialmente. Não seria preciso dizer que a esse movimento de ascensão das classes médias na política nacional se relaciona uma massificação mais ampla da vida social do país, fenômeno externo ao sistema político. O exame dessa questão, porém, escapa aos objetivos desta pesquisa.

De modo mais geral, o desalinhamento partidário decorrente dos resultados eleitorais entre as duas legislaturas não afetou o perfil social da maioria dos partidos, com exceção do PTB e do PL. Para relembrar, consideremos as quatro categorias ocupacionais que formam os principais armazéns de abastecimento da classe política brasileira no Legislativo federal: o setor empresarial, a burocracia pública, o magistério e os profissionais liberais. Os deputados que eram (ou são ainda) empresários eram 44,8% da CD na 51^a Legislatura, mas sua presença declinou para 37,0% na 52^a. O setor público passou de 20,1% para 23,6%. Os ex-professores foram de 15,8% para 16,8%, e os profissionais liberais mantiveram praticamente sua parte, com cerca de 28%.

Obviamente, a reeleição, ou seja, o retorno dos mesmos parlamentares para a legislatura seguinte, seria um fator de continuidade do perfil social, desde que a migração partidária não fosse excessiva a ponto de alterar, no troca-troca de siglas, a composição sócio-ocupacional das legendas de saída e de entrada. Como já vimos, a taxa de renovação foi elevada, aproximadamente a metade da Câmara. Entretanto, ela não afetou

a composição das bancadas, inclusive entre os partidos em que os índices de renovação foram os mais altos, como o PT e o PDT.

Os partidos de direita

O PFL, em 1988, ganhou 105 cadeiras. Dessas, 62,9% foram ocupadas por políticos do mundo dos negócios urbanos, rurais e mistos. Trata-se do setor ocupacional mais importante, de longe, na bancada do PFL. Em 2002, porém, o número de deputados eleitos por esse partido baixou para 84, dos quais 47 (56% da bancada) vindos do meio empresarial. Houve assim uma redução de 29% desse setor socioeconômico no PFL, o que não impediu que os deputados que eram ou são empresários continuassem como o mais importante bloco da bancada.

O segundo meio de recrutamento do PFL, nas eleições anteriores, havia sido o setor público (23,8%). Na 52ª Legislatura, esse meio continuou em segundo lugar, mas a porcentagem de parlamentares daí originários aumentou para 29,8%. Foi um aumento relativamente importante, decorrente também da queda na proporção de parlamentares vindos do meio empresarial. (Em números absolutos, nas duas legislaturas, 25 deputados peefelistas vieram da burocracia estatal.)

As profissões liberais continuaram importantes na bancada pefelista: 23,8% na 51ª Legislatura e 28,6% na 52ª. Mas, tal como aconteceu com a proporção de parlamentares que vieram do setor público, o aumento da proporção de profissionais liberais na bancada dessa sigla decorreu da redução do espaço que os empresários ocupavam porque, em números absolutos, a variação foi mínima: 25 deputados na 51ª e 24 na 52ª Legislatura. A proporção dos ex-professores também permaneceu sem alteração: cerca de 10% e 11%, correspondendo a 11 e nove casos, respectivamente. Na 52ª Legislatura, dos 190 deputados do total da CD que vieram do meio empresarial, 47 (24,7%) elegeram-se pela legenda do PFL.

O PP, que também sofreu forte recuo em 2002 (49 parlamentares eleitos contra sessenta em 1998), manteve seu perfil de partido com forte presença de empresários em sua bancada, mais ainda do que o PFL: 63,3% contra 70,0% na 51ª Legislatura. Diferentemente do PFL, o setor público, para o PP, não é importante como meio de recrutamento político: somente

16,3% nas eleições de 2002 e 15,0% nas de 1998. A presença dos deputados originários dos segmentos das classes médias e baixas mencionados antes é igualmente insignificante nos dois partidos. Vemos, pois, que o PP não sofreu alteração no seu perfil, apesar da redução quantitativa de sua bancada na Câmara eleita em 2002.

Antes de passar à análise dos partidos de centro, conviria examinar outras duas legendas de menor importância habitualmente colocadas na direita do espectro político: o PTB e o PL. Em termos de resultados eleitorais, essas siglas caracterizam-se por *performances* opostas nas duas disputas.

O PTB havia chegado a 31 cadeiras em 1998, mas declinou para 26 em 2002. Ganhos e perdas de representantes, em princípio, são oscilações para cima ou para baixo que, se todos os demais fatores permanecem os mesmos, operam a favor de alterações no perfil social das bancadas (e também na força relativa das tendências e facções internas). O crescimento traz políticos novos para a legenda nem sempre recrutados dos mesmos meios sociais de onde vieram os membros mais antigos. Teoricamente, as perdas também poderão afetar a composição do partido se não se distribuírem igualmente entre os grupos ocupacionais existentes no interior da bancada. Foi o que aconteceu no PTB. Essa legenda perdeu 16% dos seus deputados: caiu de 31 para 26 entre as duas eleições.

Nesse caso, efetivamente ocorreram algumas alterações que afetaram a composição social dessa sigla. O resultado foi, na 52ª Legislatura, um perfil mais de “direita” desse partido. Na 51ª Legislatura, os empresários (todos os setores empresariais incluídos) representavam 41,9% da bancada petebista (13 deputados em 31). Na 52ª, a proporção passou para 53,8% (14 deputados em 26). O grande aumento (em termos proporcionais) nesse grupo ocupacional veio dos deputados que eram (ou são ainda) empresários rurais: de um para seis.

Desse modo, o grupo dos empresários manteve-se como o mais numeroso na bancada petebista. Mas a composição interna do partido alterou-se em razão de mudanças ocorridas em outras categorias profissionais na bancada. As profissões liberais, representadas por nove deputados na bancada do PTB eleita em 1998, caíram para cinco. O número de parlamentares que eram pastores baixou de seis para três. O único meio

de recrutamento político que cresceu — na contramão do declínio eleitoral do PTB — foi o setor público, que forneceu quatro deputados petebistas na 51^a e seis na 52^a. Por outro lado, a proporção de parlamentares originários das classes médias e baixas (bancários, metalúrgicos, pastores, técnicos, trabalhadores rurais) continuou minúscula, próxima de zero na bancada petebista em ambas as legislaturas.

O PL foi o outro partido de direita cuja dimensão quantitativa da bancada se alterou concomitantemente com a alteração do perfil social. Provavelmente o fator causal seja externo a essa relação: isto é, o afluxo de muitos deputados para uma legenda que fazia parte da coligação governamental (com as vantagens daí decorrentes). A legenda abriu-se para outros segmentos sociais, especialmente para os pastores das igrejas pentecostais, que lhe trouxeram muitos votos.

Na 51^a Legislatura, o PL elegera somente 12 parlamentares, dos quais sete tinham vindo do meio empresarial, seis do setor urbano e um do agronegócio, o que significa dizer que era um pequeno partido sem vínculos sociais com proprietários rurais. Dos seus parlamentares, dois tinham sido professores. Nenhum tinha vindo das classes populares. Vale notar que, na bancada que resultara da eleição de 1998, não havia nenhum pastor e ninguém do setor de comunicações e das classes populares.

Na eleição de 2002, o PL mais do que dobrou sua bancada. Logo depois, cresceu ainda mais com a migração de deputados eleitos por outras legendas para a do vice-presidente da República. Da eleição para a posse dos novos parlamentares, a legenda do PL já tinha passado para 33. Em começos de maio de 2005 estava com 46. Com o crescimento veio a alteração do seu perfil social que mencionamos. Houve expansão de algumas categorias profissionais e declínio de outras. Como resultado, a fisionomia social do PL mudou bastante. A proporção de parlamentares que vieram do meio empresarial baixou de 58% para 31%, todos do setor urbano. Os deputados que eram pastores, e não estavam representados na legislatura anterior, passaram a ser o primeiro grupo ocupacional em ordem de importância na bancada do PL, superando o dos empresários: 11 contra oito. O número de professores baixou de dois para um. O aumento do número de pastores pentecostais levou a um grande aumento dos

comunicadores.⁵ Nenhum deputado vindo do setor de comunicação havia sido eleito em 1998. Contudo, no pleito seguinte, os radialistas e locutores de rádio e TV passaram a seis.

De modo esquemático, mas que julgamos não equivocado, em termos sociais a bancada do PL tornou-se mais “popular” em virtude, de um lado, da diminuição do número de deputados que tinham atividades empresariais e, de outro, do aumento de pastores (que são locutores ou apresentadores de programas de rádio e TV). Na bancada anterior, as categorias ocupacionais “populares” estavam ausentes. O novo perfil e a presença forte dos pastores sugere uma legenda politicamente mais conservadora, supondo que não ocorram muitas trocas de partido num futuro próximo.

Os partidos de centro

PMDB e PSDB, os dois grandes partidos de centro, também não mudaram fundamentalmente seu perfil social como resultado das duas eleições. Contudo, houve alterações na *proporção* das categorias profissionais nas bancadas desses partidos na CD, alterações um pouco mais expressivas do que nos casos do PFL e do PP. Essas alterações, porém, dizem respeito a variações no peso das categorias profissionais e ocupacionais que não afetam a disposição em *ordem* de importância de cada uma delas.

Por exemplo: o PSDB e o PMDB tinham uma elevada proporção de deputados vindos do mundo dos negócios, da ordem de 40% na primeira legenda e de quase 50% na segunda. O espaço dos deputados tucanos vindos desse setor econômico declinou fortemente: de 40,4% para 31,4% (em números absolutos, de 40 para 22). No PMDB, a proporção continuou a mesma, cerca de 50% nas duas legislaturas. Apesar das perdas, *o setor empresarial continuou nos dois partidos como a primeira fonte de recrutamento*, um pouco menor entre os tucanos do que entre os peemedebistas.

Depois dos empresários, em ambas as siglas, vem o grupo de deputados que eram profissionais liberais. O setor público continuou importante nos dois partidos e variou pouco. O magistério vem a seguir,

⁵ Lembremos que, nos casos de mais de uma ocupação ou profissão, todas são registradas.

como quarto meio profissional de recrutamento nas duas legendas; mas, tal como na legislatura anterior, trata-se de um meio de recrutamento partidário mais relevante para o PSDB do que para o PMDB. Entre os tucanos, cerca de 21% de seus parlamentares eleitos em 2002 tinham sido professores. No PMDB, eram 5%, em porcentagem redonda. Esses números sugerem que a bancada tucana é um pouco mais “intelectualizada” do que a do PMDB. De outro lado, a proporção de parlamentares originários das classes médias e populares continuou muito pequena nesses dois partidos.

Os partidos de esquerda

Os perfis dos partidos de esquerda também permaneceram aproximadamente os mesmos. No PT, a proporção de deputados vindos do setor empresarial continuou baixa, mas houve um pequeno aumento desse setor de uma legislatura para outra: de dois para cinco. Já a proporção de ex-professores praticamente não variou: cerca de um terço nas duas legislaturas, o maior grupo profissional da bancada petista, fato que contribuiu para a continuidade das feições sociais do PT. Dos 91 deputados petistas eleitos em 2002, 33% eram professores, porcentagem bem acima da existente no total da Câmara (aproximadamente 17% nas duas legislaturas). O exame de como os ex-professores da CD se dividem por partido permite captar melhor a importância do magistério como setor de recrutamento para o PT, muito maior do que em todos os demais partidos, inclusive entre os outros considerados de esquerda.

Para a 51ª Legislatura, foram eleitos 81 deputados (15,8% da CD) vindos do magistério (todos os níveis e setores). Desses, vinte (24,7% do total de professores) foram eleitos pela legenda do PT. Na eleição seguinte, 86 deputados desse setor chegaram à CD (16,7%), dos quais trinta (35,0%) pelo PT. Houve, portanto, no total da Câmara, um aumento de cinco deputados docentes. O crescimento deve-se principalmente ao PT. Na bancada petista, os ex-professores passaram de vinte para trinta, o que significou também ligeira ampliação, em termos proporcionais, do espaço dos professores na CD: de 15,8% na 1ª Legislatura para 16,8% na 52ª (81 para 86).

Seguem-se, em ordem de importância na bancada desse partido, os que vieram das profissões liberais. Na 51ª, o PT, então com 59 deputados,

tinha 25% de profissionais liberais em sua bancada (quinze casos). Na 52ª, com 91 deputados, a proporção baixou para 21% (19 casos), abaixo da porcentagem do total da CD, que ficou próxima de 29% nas duas legislaturas. Na verdade, na bancada petista eleita em 2002, não houve redução do número absoluto dos que tinham sido profissionais liberais. Mas sua proporção diminuiu, porque outras categorias aumentaram. Os parlamentares originários das classes médias assalariadas e populares (bancários, trabalhadores industriais, técnicos e lavradores) perfaziam 25% da bancada, muito acima da porcentagem de aproximadamente 7% do total da Câmara. A porcentagem de 17% de ex-funcionários públicos entre os petistas está bem abaixo da participação dessa categoria na CD: 20,1% na 51ª Legislatura e 23,6% na 52ª.

Não aconteceu, pois, mudança significativa no perfil social da bancada petista, embora algumas categorias profissionais tivessem ampliado seu espaço. Houve, no entanto, uma alteração importante que convém examinar com um pouco mais de detalhe. O número de parlamentares petistas que eram funcionários públicos antes da obtenção de um primeiro mandato tinha sido, como resultado das eleições de 1998, de apenas dois. Para a legislatura seguinte, o número chegou a 15. Essa pesquisa não dá elementos para uma explicação mais segura desse súbito aumento do espaço do setor público na bancada petista eleita em 2002. Mas, a partir de uma ligeira caracterização desse grupo de ex-funcionários, pode-se supor que o aumento está ligado ao avanço político do PT e à consequente conquista de partes do aparelho estatal nos níveis municipal e estadual. Aparentemente, o PT repete aqui o que já havia acontecido com outros grandes partidos: de um partido que estava de fora, passa a estar dentro do Estado, com as vantagens que o fato proporciona e também suas consequências nas orientações políticas e comportamentais.

Nesse sentido, deve-se observar o número de deputados do PT da 52ª Legislatura (cinco casos) que tinham tido cargos de assessorias ou chefias de gabinetes antes de serem eleitos pela primeira vez.⁶ Dois desses chefes

⁶ Eis alguns exemplos retirados do grupo de parlamentares petistas que exerciam essa função pública antes da obtenção de um primeiro mandato: deputada Iriny Lopes (ES), assessora parlamentar na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, eleita diretamente para a CD da 52ª Legislatura; deputado Ivo José (MG), chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Ipatinga (MG), entre 1989-1990, eleito deputado estadual em Minas Gerais em outubro de

de gabinete foram eleitos diretamente para a CD. Do total de 15 ex-funcionários, oito começaram a carreira política elegendo-se diretamente para a Câmara Federal.

O crescimento do setor público como uma fonte importante de recrutamento de políticos petistas e o número relativamente elevado de deputados do PT que foram assessores e chefes de gabinete antes de chegarem à Câmara resultam do fortalecimento do PT na administração pública brasileira já antes da eleição de Lula, consequência de êxitos eleitorais anteriores na disputa por governos municipais e estaduais. Por outro lado, o número de sindicalistas petistas eleitos em Estados pobres evidencia a ampliação da participação na política nacional das classes médias e baixas dessas áreas.

Excluindo-se os cinco deputados do PT que tinham sido agricultores (cerca de 5% de seus deputados federais), a maioria de sua bancada poderia ser entendida como originária de camadas das classes médias e, em menor medida, das classes médias baixas. Na impossibilidade de uma caracterização sociológica mais exata desse grupo, pode-se afirmar — com maior grau de generalidade, mas também com menos chance de errar — que quase toda a bancada petista, pelo menos no início da vida política, na sua fronteira inferior, estaria fora das faixas das classes pobres e, na sua fronteira superior, das classes ricas. Essa conclusão baseia-se, além de no exame da distribuição das ocupações e profissão dos membros da bancada petista, no exame da distribuição patrimonial e dos níveis de escolaridade.

Na 51ª Legislatura, 80% dos deputados do PT estavam na faixa que denominamos de baixo patrimônio. Os outros 20% localizavam-se na faixa que denominamos de médio-baixo patrimônio. Nenhum deputado petista declarou possuir bens nas faixas superiores. Não havia, então, na bancada

1990 (antes, havia sido assessor parlamentar da Assembleia Legislativa de Minas, 1987-1988); deputado José Dirceu, assistente jurídico, auxiliar parlamentar e assessor técnico de gabinete da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1981-1987), elegeu-se deputado estadual na eleição de 1986; deputado Odair Cunha, de Minas, assessor do gabinete da deputada estadual Maria Tereza (1999-2000) e depois conselheiro jurídico das prefeituras e câmaras do sul de Minas de 1999 até sua eleição diretamente para a Câmara Federal (52ª Legislatura); deputado Vander Loubet (MS), chefe de gabinete na Assembleia Legislativa (1990-1998), tendo em seguida sido nomeado secretário de Estado do Governo de Mato Grosso do Sul e secretário de Infra-Estrutura e Habitação (2000-2001) quando o tio, Zeca do PT, era governador do Estado, se elegeu em 2002 deputado federal.

do PT deputados nas faixas de patrimônio médio-alto e alto. No conjunto, a bancada petista reunia os deputados com patrimônio menor do que os demais partidos.⁷

A má colocação no *ranking* dos patrimônios refere-se aos deputados federais do PT eleitos em 1998. Contudo, a pesquisa sobre a riqueza dos políticos brasileiros efetuada pelo jornalista Fernando Rodrigues mostrou que houve forte crescimento da riqueza dos petistas (sempre segundo as declarações entregues pelos candidatos aos TREs). Entre os quatro principais partidos que, somados, obtiveram cerca de 60% dos votos para a CD em 2002 (PT, PFL, PSDB e PMDB), o PT foi o partido cujo valor patrimonial dos seus membros mais cresceu entre 1998 e 2002. Considerando-se o valor médio de todos os deputados de todos os partidos parlamentares, o crescimento do valor médio do patrimônio da bancada petista só ficou abaixo do PTB, legenda na qual a média cresceu percentualmente mais: 172,2% contra 83,7% do PT. Com exceção do PSB (54,0%), os outros partidos ficaram abaixo de 50%. Apesar desse rápido crescimento, em números absolutos o valor médio da riqueza dos parlamentares petistas é bem menor do que os dos políticos dos outros partidos grandes e médios: PTB, PFL, PMDB e PSDB, nessa ordem, eram as legendas cujos políticos tinham uma média de valor patrimonial mais alta.⁸

A bancada do PCdoB, com 12 parlamentares na 52ª Legislatura, do ponto de vista da composição sócio-ocupacional, é a que mais se aproxima da do PT. A semelhança decorre da existência, nessa pequena bancada, de um número relativamente alto de deputados vindos das camadas médias com baixo rendimento e, principalmente, da mínima importância do meio empresarial como fonte de recrutamento político do PCdoB (um caso), tal como no PT (cinco casos), na 52ª. Outro ponto de aproximação é a elevada proporção de ex-sindicalistas entre os comunistas. Dos 12 parlamentares eleitos pela legenda do PCdoB, sete tinham sido sindicalistas. No PT, 47% vieram dos sindicatos. A proporção de sindicalistas no PT é um pouco mais baixa, mas o número

⁷ Informações retiradas das declarações patrimoniais entregues aos tribunais regionais eleitorais e publicadas em meu livro *Partidos, Ideologia e Composição Social*.

⁸ Fernando Rodrigues, *Políticos do Brasil* (São Paulo: Publifolha, 2006).

absoluto é bem mais alto, entre outras razões porque o PT elegeu mais deputados: 43 sindicalistas numa bancada de 91 deputados.

O pequeno número de membros da bancada do PCdoB não autoriza generalizações, mas entre os comunistas, em comparação com os petistas, o peso das classes médias parece maior, em razão do grande número de profissionais liberais (cinco numa bancada de 12). Outra diferença está na existência dos deputados que vieram do magistério. Os ex-professores representavam quase um terço da bancada petista, enquanto, na bancada comunista, eram somente 17%. (A comparação com a bancada comunista na 51ª Legislatura fica prejudicada pelo número ainda menor de casos: o PCdoB só elegeu sete deputados em 1998.)

Os outros partidos de esquerda, nas duas legislaturas, recrutaram em meios sociais mais elevados do que o PT e o PCdoB. O PSB, para a 51ª Legislatura, elegeu 18 deputados, dos quais seis tinham vindo do setor empresarial, cinco, das profissões liberais, quatro, do setor público, um, do que denominamos “outros profissionais”, três eram professores e um indicou ser “mecânico” no início da vida profissional.⁹ Nas eleições de 2002, o partido melhorou um pouco seu desempenho, passando para 22 parlamentares.

As alterações na composição social da bancada socialista foram pequenas e consistiram principalmente na ligeira diminuição de parlamentares que vieram do meio empresarial, se colocarmos em porcentagens. Em números absolutos, foram seis empresários nas duas legislaturas. Como o PSB aumentou o número de suas cadeiras de 18 para 22, a proporção de empresários baixou de 33,3% para 27,3%. A de profissionais liberais subiu para nove (eram cinco); os professores e os funcionários públicos ficaram com cinco casos cada um. Esses números

⁹ Referimo-nos ao deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que se reelegeu para a 52ª Sua carreira é atípica para trabalhador fabril. Seu currículo registra a atividade profissional como mecânico, em oficina em Passo Fundo (1975-1990). Nas eleições de outubro de 1990, elegeu-se deputado estadual na Assembleia gaúcha. Na tabulação das profissões, seguindo o critério que adotamos — última profissão/ocupação antes do primeiro mandato —, o deputado foi classificado de “mecânico”. O parlamentar formou-se em Direito na universidade dessa cidade (1986-1990), no mesmo ano em que se elegeu pela primeira vez deputado estadual. A biografia da CD registra “advogado” como profissão.

indicam que o PSB é um partido que está atraindo principalmente políticos de classe média ou classe média alta, tendência que encontra apoio nos dados relativos ao crescimento do valor do patrimônio dos deputados desse partido entre as duas legislaturas: quarta maior legenda em crescimento porcentual do patrimônio, como mostram os dados de Fernando Rodrigues.

Tal como na maior parte dos outros partidos, as mudanças no perfil sócio-ocupacional do PDT entre as duas legislaturas foram pequenas, apesar da elevada proporção de novos deputados em sua bancada: 52%, em porcentagem redonda. A variação quantitativa da bancada federal do PDT continuou a caracterizar-se pela presença dominante de profissionais liberais: 13 na 51ª Legislatura e nove na 52ª. A porcentagem dos que foram empresários continuou em torno de um quinto. O perfil do PDT nas duas legislaturas sugere, tal como no PSB, um partido de classe média alta, com poucos empresários e quase nenhum parlamentar vindo das classes populares. No entanto, o PDT diferencia-se do PSB pela proporção menor de empresários em sua legenda (19% contra 27% no PSB, na 52ª). Outras diferenças são pequenas e não parecem caracterizar tendências mais definidas, principalmente quando lidamos com números de casos pequenos que podem ser afetados pela presença de um deputado “bom de voto”.

Dos quatro pequenos partidos de esquerda, o ex-Partido Comunista Brasileiro, o atual PPS, é o que tem a bancada menos “popular”. Seu perfil é equivalente ao dos partidos de centro, em razão da elevada proporção de membros que eram (ou são) empresários. Nas eleições de 1998, o PPS elegeu apenas três deputados. Na de 2002 subiu para 15, dos quais seis empresários do setor urbano e dois do setor rural. Outros sete deputados eram profissionais liberais.¹⁰ A renovação foi grande: 11 novos deputados e quatro reeleitos.

¹⁰ Nas duas bancadas que estamos comparando, o PPS teve um dos parlamentares de maior patrimônio na CD: o deputado João Herrmann Neto, empresário rural, diretor-presidente da Destilaria Guaricanga, localizada em Presidente Alves (SP). No momento em que escrevemos, João Herrmann Neto está no PDT (fonte: CD e Declaração Patrimonial, TRE, SP; Fernando Rodrigues, op. cit.).

Há, no PPS, apenas um caso de deputado vindo das classes trabalhadoras.¹¹ O número de ex-professores na bancada do PPS, um indicador forte de orientação política “mais à esquerda”, é igualmente baixo: dois casos na bancada da 52ª Legislatura. Avaliado por sua bancada, o PPS parece um partido com sua identidade comunista original profundamente alterada.¹²

Não se trata apenas das óbvias consequências ideológicas e programáticas do fim da URSS e da composição social de sua bancada (de classe média para alta), mas também das origens partidárias de seus deputados nas CD. Dos 15 parlamentares que chegaram à CD pela legenda do PPS em 2002, somente dois vieram do MDB, embora fossem, de fato, do antigo “Partidão” (os deputados Roberto Freire e João Herrmann Neto). Dois parlamentares que haviam sido eleitos pelo PPS em 2002 (coincidentemente, jovens empresários do setor urbano) foram para o PL, enquanto o outro foi para o PP. É curioso observar que os dois parlamentares que passaram para o PL (Giacobo, PR, e Junior Betão, AC) se elegeram pela primeira vez pelo PPS e não estiveram em outro partido antes de se transferirem para o PL, que, em termos programático-ideológicos, está bem distante do PPS. O fato sugere, para o PPS, um perfil ideológico pouco nítido.

Os dados sobre a composição social dos outros partidos considerados são indicativos de que, em termos de vias de ascensão social e política, com exclusão do PT e, em menor medida, do PCdoB, os outros partidos de esquerda — tal como os de centro e, mais ainda, os de direita—, oferecem poucas chances para o começo de uma carreira política para pessoas de origem popular e/ou que não disponham de outros trunfos para aumentar as chances de entrada na vida política. Nos outros quatro partidos de esquerda, os dados apontam uma composição social de classe média, ou de classe média alta, como dissemos. Não

¹¹ Trata-se do deputado Cláudio Magrão, caldeireiro de Osasco (SP). Eleito pela primeira vez para a CD em 2002, é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região e presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, ligada à Força Sindical (fonte: CD).

¹² Consideramos na análise da composição da bancada do PPS apenas a que resultou da eleição de 2002, em razão do número muito pequeno de deputados eleitos em 1998.

servem de canais de ascensão para os que vêm um pouco mais de baixo, não apenas em termos de renda, mas também de escolaridade.¹³

¹³ Nas próximas tabelas, os dados serão apresentados em números absolutos em razão do número muito pequeno de casos em alguns partidos e também para não sobrecarregar demasiadamente os eventuais leitores com número excessivo de tabelas.

Tabela 23-A: Composição profissional dos partidos

51ª Legislatura												
Profissões	PFL	PP	PMDB	PSDB	PT	PDT	PL	PTB	PSB	PPS	PCdoB	Outro
Empresários urbanos	41	24	25	28	2	3	6	8	4	1	-	4
Empresários rurais	18	11	10	10	-	2	-	1	2	-	-	3
Empresários mistos	7	7	6	2	-	-	1	4	-	-	-	-
Total dos empresários	66	42	41	40	2	5	7	13	6	1	0	7
Profissões liberais tradicionais	25	11	25	32	15	13	3	9	5	1	4	1
Outros profissionais	1	1	2	8	2	2	1	-	1	-	-	-
Setor público	25	9	24	26	2	4	2	4	4	-	1	2
Professores	11	4	12	16	20	5	2	5	3	1	2	-
Comunicadores	4	5	-	5	5	1	-	3	-	1	1	4
Pastores	3	5	-	-	-	1	-	6	-	-	-	1
Empregados não-manuais em serviços	1	-	-	1	4	-	-	1	-	-	-	-
Técnicos	-	1	-	-	6	-	-	1	-	-	-	-
Metalúrgicos	1	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	-
Trabalhadores agrícolas	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Outras profissões	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Políticos	-	-	3	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Bancada	105	60	83	99	59	25	12	31	18	3	7	11

Tabela 23-B: Composição profissional dos partidos

52ª Legislatura												
Profissões	PFL	PP	PMDB	PSDB	PT	PDT	PL	PTB	PSB	PPS	PCdoB	Outro
Empresários urbanos	28	18	21	15	4	4	8	7	6	6	1	6
Empresários rurais	14	7	10	5	1	-	-	6	-	2	-	1
Empresários mistos	5	6	6	2	-	-	-	1	-	-	-	-
Total dos empresários	47	31	37	22	5	4	8	14	6	8	1	7
Profissões liberais tradicionais	24	11	24	21	19	9	5	5	9	7	5	6
Outros profissionais	-	3	2	3	6	1	-	-	1	-	1	2
Setor público	25	8	21	21	15	5	4	6	5	3	2	6
Professores	9	5	11	15	30	2	1	3	5	2	2	1
Comunicadores	3	2	4	2	2	1	6	3	-	-	1	4
Pastores	3	2	3	1	-	1	11	3	2	-	-	-
Empregados não-manuais em serviços	1	-	-	1	6	1	-	-	-	-	1	-
Técnicos	1	-	-	-	6	-	2	-	-	-	1	1
Metalúrgicos	-	-	-	-	5	-	1	-	1	1	-	-
Trabalhadores agrícolas	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
Outras profissões	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Políticos	4	-	5	1	3	1	-	1	-	1	-	-
Bancada	84	49	75	70	91	21	26	26	22	15	12	22